

# Futuro incerto

A incerteza de futuro dos moradores, em função da falta de diálogo com a Prefeitura

Texto: Hélio Euclides | Fotos: Elisângela Leite



No Conjunto Esperança, as casas que podem ser demolidas...



...na rua que termina à beira do Canal do Cunha

Quando se fala em remoção de residências, as pessoas se assustam. E foi isso que aconteceu quando muitos no bairro leram a edição número 2 de *Maré de Notícias*, que trazia reportagem sobre os projetos da Prefeitura para a Maré. A Secretaria Municipal de Habitação (SMH) anunciou a remoção de 282 construções da Rua Canal e Canal II, na Vila do João; de Mandacaru, em Marcílio Dias; e casas do Conjunto Esperança.

A notícia mexe e agita a vida dos envolvidos. As dúvidas e dados incertos preocupam. Na Vila do João, por exemplo, o número anunciado de remoções seria de 14 casas para a Avenida Canal e 115 na Avenida Canal II, mas a notícia se espalhou na forma de piada. “Foram várias vezes que diziam que ia sair, é por isso que empurramos com a barriga”, explica o funcionário de um dos comércios da Avenida Canal, Edson Emílio, de 51 anos. A moradora da Avenida Canal II, Ana Lúcia, de 38 anos, pensa de outra forma. Ela deseja esperançosa a transferência. “Li no jornal sobre a remoção. Estamos aqui no maior sufoco, com o canal cheio de lixo, e com medo de enchente. O povo joga lixo, falta consciência, se não limpar o valão vai alagar. Tanto faz a indenização ou a casa nova, o importante é resolver o nosso problema”, desabafa.

O presidente da Associação de Moradores da Vila do João (Amovijo), Marco Antonio, o Marquinhos Gargalo, de 49 anos, aconselha a população a não construir à beira do valão. “Foi culpa do município

e do estado que deixaram eles fazerem os imóveis. Há cerca de dez anos já tinha ocorrido um cadastro, mas não houve andamento. Com isso ocorreu o aumento do número de casas e lojas. Minha preocupação é que os moradores não fiquem na rua”, explica.

## Desinformação generalizada

No Conjunto Esperança, as casas estão à beira do Canal do Cunha, mas o número de 121 residências contabilizadas pela Prefeitura é bem abaixo da realidade. “A quantidade de residências é enorme. Lá deve ter em média 500 casas”, relata a presidente da Associação de Moradores do Conjunto Esperança, Marilene Lopes, de 64 anos. O morador Paulo Carvalho, 75 anos, alerta para a falha. “O censo 2010 vai esclarecer esse erro, que está acontecendo porque a Prefeitura não está dando a condição de trabalho para a 30ª R.A. (Região Administrativa), e a subprefeitura está deixando a desejar. Vê se isso ocorre na zona sul?”, denuncia Paulo.

Outro fato é a desinformação dos moradores, provocada pela falta de diálogo da SMH com a população. “Fiquei ciente pelo jornal que iam tirar as casas, mas não sabemos quais são e o que receberemos”, afirma Fabiana Trajano, de 30 anos. Motivo de desacordo é a forma como a Prefeitura identificou o local do Conjunto Esperança a ser atingido. “Chamar de Pata Choca traz uma revolta nos moradores das casinhas do Conjunto Esperança”, argumenta Marilene. Paulo completa a explicação da presidente. “Tudo aqui é Conjunto



Mandacaru em dia de chuva: local desassistido



Moradores saíram de Mandacaru para ligar rua ao Mercado São Sebastião



Avenida Canal, na Vila do João, também ameaçada

Esperança. Onde há essas casas era o antigo canteiro de obra da construção dos prédios. Esse apelido não é bom, nos deixa chateados”, esclarece.

### Casas já marcadas em Mandacaru

Em Mandacaru, que fica na parte de trás do Mercado São Sebastião, o contato com a comunidade já está em andamento. A equipe de reportagem do *Maré de Notícias* encontrou a marcação “SMH”, iniciais de Secretaria Municipal de Habitação, na porta de mais de cem residências da região, algumas pertencentes à Penha e outras consideradas do bairro Maré. “Demos os números dos nossos telefones e prometeram ligar. Ainda não fizeram nada, mas espero, pois aqui tem muito rato”, afirma a moradora Roseane Francisco, 36 anos.

O diálogo da Secretaria com a população local está incompleto, gerando muitas incertezas. “Fizeram o cadastro no mês passado (fevereiro), mas não falaram nada. Não sabemos se vai ter indenização, nem para onde vamos. Já fizeram um cadastro há seis anos, mas não deu em nada”, comenta a moradora Ana Gleice, de 26 anos. Devido ao imprevisto da construção das moradias, muitos já estão olhando para um futuro melhor. “Mediram as casas. Queria indenização, mas o que vier vai ser bom”, revela Lucy de Souza, 66 anos.

“Todas as casas de Mandacaru foram cadastradas e os moradores estão aceitando, só não sei para onde vão”, preocupa-se a integrante da Associação de Moradores de Marcílio Dias, Jupira Santos, 49 anos. Segundo ela, o objetivo da Prefeitura é tirar os moradores para ligar a rua ao Mercado São Sebastião. A presidente da Associação, Viviane Silva de Oliveira, de 33 anos, afirma que os moradores

## Remoção em estado de emergência

Na Rua José Moreira Pequeno, número 24 fundos, no Conjunto Esperança, cinco casas estão a ponto de desabar. Pelas residências estarem em nível crítico, trazendo risco, as famílias serão retiradas do local. “Aqui as paredes estão com rachaduras. Vieram aqui a Prefeitura e a Defesa Civil, que nos inscreveram no Minha Casa, Minha Vida”, conta Íris Mar, de 32 anos. Outra moradora pede apenas mais rapidez: “Prometeram primeiramente vale-aluguel, e que já estavam procurando outra localidade para moradia. Estamos agora só com medo da chuva, já que a água desce pela parede interna”, desabafa Hilda Pinto, 39 anos.



Documentos entregues pela Prefeitura à moradora Íris Mar

da localidade ficaram esquecidos pelo poder público. “Lembro que Mandacaru tem uma história de 16 anos de fundação, mas acho que vão sair, pois ali antes era uma rua. Lá não tem saneamento básico, já tentamos desentupir o que tem, mas não conseguimos, pois falta infraestrutura”, explica.

### Falta diálogo até entre órgãos da Prefeitura

O administrador regional Hildebrando Gonçalves Rodrigues, o Del, de 38 anos, ficou surpreso com a notícia de remoção na Maré. “Só sei o que saiu pelo jornal. Procurei a Prefeitura, que me indicou a SMH, que não me informou nada. É tudo superficial”, conclui.

Já a Assessoria de Comunicação da SMH declarou que o projeto da Prefeitura do Rio é urbanizar as favelas da cidade e reassentar as comunidades localizadas em áreas consideradas não-urbanizáveis, sendo elas de risco, de proteção ambiental ou públicas. No total, mais de 12 mil famílias deverão ser atingidas em vários pontos da cidade, mas, segundo a Assessoria, a relação de comunidades ainda não está completa. Serão três opções oferecidas às famílias atingidas: inscrição no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, do governo federal; aquisição assistida e indenização. Embora questionada, a Assessoria não quis se pronunciar sobre nenhum dos casos específicos na Maré, nem sobre os valores a serem oferecidos aos moradores.

A coordenadora do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Maria Lúcia Pontes, recomenda, a quem se sentir prejudicado em qualquer remoção, procurar o órgão pelos telefones: 2232-8266 ou 2232-9517.

## História da Maré

Algumas comunidades da Maré foram criadas após um programa de remoção. Essa etapa de retirada de moradores e assentamento em outras áreas próximas recebeu o nome de Projeto Rio.

Foi a primeira grande intervenção do governo federal na Maré, no início da década de 80. O objetivo era extinguir as palafitas e colocar as famílias em construções habitacionais pré-fabricadas. Assim, moradores da Baixa do Sapateiro e do Parque Maré foram transferidos, dando início à Vila do João e à Vila do Pinheiro.